

---

PRESENÇA DAS RELIGIÕES NAS ELEIÇÕES  
PROPORCIONAIS DE CAMPO MOURÃO EM 2008

PRESENCIA DE LAS RELIGIONES EN LAS ELECCIONES  
PROPORCIONALES DE CAMPO MOURÃO EN 2008

---

Lara Bonini<sup>\*</sup>  
Frank Mezzomo<sup>\*\*</sup>

A pesquisa em desenvolvimento<sup>1</sup> visa analisar a relação existente entre o campo político e o religioso tendo como análise as eleições proporcionais realizadas, em 2008, no município de Campo Mourão – PR. Ao trazer essa temática em pauta e os resultados parciais da pesquisa de campo percebe-se como o campo político, notadamente do Estado, é cruzado e transpassado pelo universo cognoscível e axiológico de fundamento religioso.

O campo religioso brasileiro sofreu profundas transformações nas últimas décadas como a consolidação da liberdade religiosa, a pluralização do cenário religioso, acelerada expansão numérica dos evangélicos, entre outras. Uma variante importante nesta recomposição é a dilatação das fronteiras entre os campos político e religioso, tornando visível a atuação de candidatos com performances que remetem ao universo religioso como a recorrência a Deus, a benção e um corolário de valores alçados no discurso religioso.

No intuito de ocupar uma das dez vagas para Câmara Legislativa Municipal candidatos, entendidos aqui como de perfil religioso, categoria explicada a seguir, disputam o voto do eleitor. Em Campo Mourão constatou-se a presença de candidatos de diversos credos direcionando estratégias para cativar eleitores que se identificam com tal sistema religioso. Assim, o objetivo primordial da pesquisa é analisar o desempenho eleitoral, o perfil, o apoio institucional e as estratégias de campanha adotadas pelos atores religiosos durante a campanha para o legislativo em 2008. A categoria agente religioso, no entendimento do antropólogo Ari Pedro Oro, é de candidatos *“que reivindicaram abertamente a sua condição de líderes religiosos (membros da hierarquia ou participantes ativos de uma*

*religião) ou que se apresentaram como representantes de uma organização religiosa”* (ORO, 2001, p. 10). O cientista político Joanildo Burity complementa a noção estendendo para aqueles atores sociais e políticos do qual sua identidade religiosa é ou tornou-se um componente especialmente relevante (2008, p. 85).

A análise se desenvolve tendo como alicerce outros trabalhos desenvolvidos no campo da História, da Antropologia e da Sociologia cujos debates focam as alianças políticas de candidatos apoiados por instituições religiosas e pela presença, cada vez mais constante, de político-religiosos nos cargos públicos. Para tanto, torna-se necessário debater as implicações teórico-metodológicas ao vincular o campo político e o campo religioso.

#### Apontando noções teóricas

A presença contemporânea do fenômeno religioso na esfera pública tem merecido uma ampla gama de estudos. Há teorias que apontam para uma fase de retorno da religião ao campo político e outras vertentes acenam que não há retorno porque a religião jamais esteve afastada do cenário político. Nesse segundo entendimento há uma continuidade e não uma suposta ruptura entre religião e política que caracteriza os fundamentos do Estado Moderno (FIGUEREDO FILHO, 2002, p. 10).

Na discussão entre a esfera pública e religiosa, o sociólogo Paul Freston, em seu livro *“Religião e política, sim; Igreja e Estado, não”* (2006), descreve a ‘mistura’ da religião com a política que, para muitos, pode ameaçar o Estado secular. Na realidade o autor explica que a política não deve ser um meio de fortalecer uma religião em detrimento de outra, mas dizer que a religião nada tem a ver com a conduta política é lógica e historicamente falso. Assim, Freston declara que o Estado deve ser não-confessional, posição justamente semelhante de alguns dos primeiros protestantes nos séculos XVI e XVII que deu início à separação entre Igreja e Estado. Com bases teológicas eles perceberam que o Estado não deve ser ‘cristão’, no sentido de defender ou promover uma determinada Igreja ou religião. Entretanto, religião e política podem sim, ser ‘misturadas’, assim o indivíduo pode ser inspirado por sua fé religiosa a ingressar na política e

pautar suas ações em sintonia com universo religioso do qual compartilha. Um conceito fundamental para esse debate é o da secularização. O teórico Peter Berger (1985) entende que um indivíduo pode habitar num contexto onde a sociedade é proclamada como secularizada, os centros decisórios não estão sujeitos as hierarquias religiosas, contudo esse indivíduo pode ter uma consciência religiosa. Segundo o autor, a secularização ocorre quando a religião deixa efetivamente de ser fator de unidade a regulamentar a vida social. Berger ainda aponta a diversidade religiosa como consequência natural do fim do monopólio de legitimação religiosa em uma sociedade secularizada e plural. A diversidade religiosa é, portanto, típica das sociedades secularizadas não existindo uma religião absoluta capaz de impor seus valores.

Porém vale destacar que, apesar de os centros decisórios não estarem sujeitos as hierarquias religiosas, o Estado laico ao mesmo tempo foi legitimando a presença do religioso no espaço público sendo impensável sociologicamente a perda da influência da religião na vida social e política das sociedades. Ou seja, a despeito das especificidades destes campos, há uma via de imbricação mútua em que, apesar da perspectiva secularizante, o campo religioso e político mantêm-se em constante aproximação ativando sistemas de crenças e de valores políticos. Qualquer ponto de contato nesta relação, isto é, entre política e religião, precisa ser pensado a partir de múltiplas mediações para dar conta da sua complexidade.

As reflexões expostas são importantes no sentido de auxiliar na compreensão do atual cenário político-religioso brasileiro. Como as transformações históricas no campo religioso, a diversidade religiosa existente e o quanto esses fenômenos se tornam um componente ativo que se sobressaem na vida cotidiana. A partir do pensamento sobre a esfera pública perante as articulações religiosas e espirituais, necessário destacar a realidade eclesiástica e as atuações políticas daqueles que adentram nesse cenário e entrelaçam, cada vez mais, o campo religioso e o político.

O sociólogo Freston (2006, p. 09) buscou tipificar os diferentes modelos de atuação política que envolve os candidatos-religiosos. O *modelo institucional*, ou corporativista, trata da Igreja como instituição que

entra na política defendendo as suas propostas. O autor relata que *“muitas vezes, trata-se de mera defesa de seus interesses institucionais”*. No modelo autogerado ou auto-impulsionado, é o indivíduo religioso que constrói uma projeção política ou que já a possuía antes de se tornar religioso, atua de maneira autônoma e faz um apelo aos membros de sua instituição religiosa para que votem nele. E, por fim, há o modelo comunitário em que o religioso lança candidatura política não em nome de sua igreja ou instituição, mas a favor de determinado grupo de ‘irmãos’ que pensam politicamente de uma mesma forma, inspirados pela sua compreensão da fé cristã. Nesse modelo, o que exerce o mandato político não fica ‘solto’, mas interage e responde ao seu grupo que pode até mesmo repreendê-lo e aconselhar sua saída da política.

#### Desenvolvimento da pesquisa

Nas eleições proporcionais definem-se os partidos e/ou coligações que possuem o direito a ocupar as vagas em disputa, quais sejam: eleições para deputado federal, deputado estadual e vereador. Entre os 76 candidatos registrados no Fórum Eleitoral de Campo Mourão, a pesquisa optou pela investigação de 9 candidatos que participaram das eleições para o legislativo municipal.

Os critérios selecionados para definir os chamados agentes, atores ou políticos religiosos referem-se à observância de, sobretudo três aspectos. Primeiro aqueles que receberam apoio explícito de alguma instituição religiosa. Segundo aqueles que se apresentaram pelas funções religiosas exercida como pastor, diácono, presbítero, ministro ou membro vinculado à instituição. Finalmente aqueles que mesmo não declarando explicitamente seu vínculo com alguma instituição utilizavam em sua campanha símbolos/discursos religiosos como uso de mensagens, frases ou *jingles*.

A tabela a seguir apresenta os candidatos investigados pela pesquisa através de seus nomes políticos utilizados, assim como suas filiações partidárias e o pertencimento religioso de cada candidato, observando a variedade de instituições religiosas presentes.

Tabela 1: Candidato, Filiação Partidária e Religião

<b>Nome político dos candidatos</b>	<b>Filiação partidária</b>	<b>Religião</b>
Toninho Dondaque	DEM	Presbítero da Igreja Presbiteriana do Brasil
Edson Lima	PPS	Ministro da Igreja Católica e coordenador pastoral da diocese
Izidoro Bueno	PTB	Membro da Igreja do Evangelho Quadrangular
Professor Jacir	PSL	Membro da Igreja Assembléia de Deus
Pastor Joaquim	PR	Pastor da Igreja Só o Senhor é Deus
Joventino Taborda	PR	Membro da Igreja Presbiteriana do Brasil
Olivino Custódio	PR	Membro da Igreja Assembléia de Deus
Machado o Abençoado	PR	Presbítero da Igreja Presbiteriana Renovada
Pastor Nonato	PTB	Pastor da Igreja Assembléia de Deus

Com a finalidade de sustentar teórica e metodologicamente a pesquisa, desde maio de 2008 estão sendo desenvolvidas atividades de leituras, recolhimento matérias e fotos publicadas em jornais, coleta junto aos comitês de campanha de material de divulgação como panfletos e 'santinhos' dos candidatos. As atividades permitiram a localização de diversas fontes que são fundamentais porque registraram o evento das eleições no ritmo frenético da busca de votos perceptíveis através do investimento intensivo de propagandas eleitorais e veiculação de jingles políticos. Os procedimentos adotados permitiram recolher documentos que evidenciam os recursos midiáticos utilizados e as estratégias de campanha utilizadas.

Ainda durante a campanha eleitoral houve a realização de uma entrevista semi-estruturada com os 9 atores religiosos. Este procedimento adotado foi de extrema importância porque as perguntas e respostas

gravadas podem permitir conhecer a trajetória do candidato, as opções ideológicas, os apoios recebidos, a concepção de política e as estratégias de campanha utilizadas. Na definição do conteúdo das perguntas o enfoque se deu na trajetória política e religiosa do candidato, informações sobre o seu pertencimento a determinada instituição religiosa e suas concepções e valores.

Através dos procedimentos metodológicos foi possível visualizar o uso de mensagens e apropriações discursivas que visem produzir efeitos de sentido junto aos eleitores. Nas propagandas veiculadas no horário eleitoral obrigatório as falas e apresentações tornam-se notáveis instrumentos de persuasão para a fé no âmbito 'corrompido' da política, com a construção de uma iconografia que remete a bondade e a moralização, recorrendo também, a um poder maior, o de Deus. As campanhas eleitorais analisadas revelam narrativas com uma diversidade de percepções tanto político-ideológicas quanto religiosas.

Dessa forma, agentes religiosos evocam um sentido a mais ao ato de votar. Além do dever cívico os eleitores são motivados através de princípios cristãos a votarem pelo bem comum. O voto passa da conotação racional e política para um recurso de uma legítima batalha pela moralização na política permeada pela corrupção, baderna e desonestidade. O pesquisador Carlos Alberto Steil, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirma que *"a ação ritual do voto que exorciza o mal e o demônio da política confere aos fiéis uma positividade que não encontramos naqueles que inscrevem o exercício do voto no campo da racionalidade política"* (STEIL, 2001, p. 81).

Entre os nove candidatos-religiosos investigados pela pesquisa, apenas um é pertencente à Igreja Católica, sendo os demais evangélicos de diversas denominações. Neste sentido, torna-se necessário ressaltar o número crescente de evangélicos na população brasileira demonstrando configurações fundamentais no cenário religioso. Atualmente essa radiografia pode ser conferida nos pleitos municipais proporcionais e também nos cargos do poder executivo.

Além da representatividade que as instituições evangélicas possuem vale citar a pluralidade denominacional existente. Como amostra,

cita-se o presente estudo de caso, em que se verificaram políticos de diversas instituições como a Igreja Assembléia de Deus, a Igreja Presbiteriana Renovada, a Presbiteriana do Brasil, a Igreja do Evangelho Quadrangular, Só o Senhor é Deus além da Igreja Católica.

A partir da reflexão sobre as transformações sociais, políticas e religiosas cabe averiguar a forma que as instituições agem em diversificados momentos. Cada instituição religiosa difere-se em pontos doutrinários e nas alternadas formas de celebração ritual, porém todas possuem um carisma institucional podendo ser utilizado (ou não) nos momentos dos pleitos eleitorais. Esse carisma torna-se um recurso à disposição, *“a maneira e a intensidade com que cada igreja vai se apropriar dele depende de seus mitos de origem, de suas trajetórias históricas e da forma como elas vão se posicionar nas disputas”* (STEIL, 2001, p. 76 – 77).

Neste sentido, esclarece-se que há uma ligação entre a forma de organização e o modelo institucional adotado pela religião ou grupo religioso e o resultado das eleições, sem, contudo, desconsiderar o processo da identificação pessoal e das trajetórias individuais de candidatos e eleitores. Nas eleições proporcionais de Campo Mourão em 2008, nenhum dos candidatos político-religiosos foram eleitos ao cargo de vereador. Dessa forma, é possível conjecturar que as mensagens religiosas utilizadas em campanhas eleitorais podem sim produzir efeitos de sentido a fim do convencimento especial, porém não garantem *per se* a eficácia política desejada.

Em relação a pesquisa em desenvolvimento novos procedimentos serão adotados na tentativa de analisar a performance utilizada pelos candidatos, pelas instituições, assim como pelos partidos políticos. Na seqüência, está previsto a elaboração de novas perguntas semi-estruturadas a fim de voltar a entrevistar os nove candidatos. Este procedimento permitirá completar informações e dará ao candidato a oportunidade de realizar uma avaliação após o pleito eleitoral.

Pretende-se ainda analisar a dinâmica interna das organizações partidárias que lançaram os candidatos-religiosos, averiguando os métodos utilizados para selecioná-los. Esse procedimento se dará através de visita *in loco* às secretarias dos partidos, afinal os partidos políticos

possuem uma das principais funções no processo democrático que é a seleção de candidatos a cargos eletivos (BRAGA, 2009, p. 123).

A partir dos resultados parciais demonstrados e das pretensões conjecturadas, o projeto intenta iniciar uma tradição de leitura e interpretação acadêmica da participação e presença dos atores religiosos na esfera da política. As leituras preliminares da historiografia regional apontam para um grande vazio bibliográfico no que toca a compreensão desta problemática proposta e, como as evidências apontam, há indícios não somente locais, mas regionais, que flagram a participação efetiva de agentes religiosos na política o que comprova, em grande medida, o deslocamento daquilo que seria propriamente o *ethos* religioso para o *ethos* político. Ao trazer à baila a questão da religião, esta proposta ensaia iniciativas no sentido de chamar a atenção para o aspecto de que a compreensão da sociedade, das lógicas de poder, das estruturas sociais, das definições das identidades étnicas e grupais passa ou podem passar pelas interferências e alterações próprias do campo religioso sobre/com o campo político.

As ações coordenadas entre leituras e pesquisas bibliográficas e ainda as realizadas *in loco* tornam-se de extrema valia, porque a imbricação discutida exige um olhar apurado do pesquisador. Esta atividade reflexiva, contudo, não está restrita à academia porque busca consolidar junto à comunidade, organizações não governamentais, órgãos públicos e privados a prática da discussão racional que pode trazer como seu corolário o conhecimento histórico e os jogos de poder presentes na sociedade.

## Notas

<sup>\*</sup> Acadêmica do 4º ano do curso de Turismo e Meio Ambiente da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). E-mail: larasc@hotmai.com.

<sup>\*\*</sup> Professor lotado no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). E-mail: frankmezzomo@gmail.com.

<sup>1</sup>O presente trabalho é resultado de pesquisa vinculada ao Programa Iniciação Científica do Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (PIC/NUPEM/FECILCAM) e conta com bolsa estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



## Referências

BERGER, Peter Ludwig. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BRAGA, Maria Souza et al. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à câmara dos deputados nas eleições de 2006. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, vol. 24, n. 70, 2009.

BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. *Revista Tempo Social*. v. 20, n. 2, novembro de 2008.

FIGUEREDO FILHO, Valdemar. Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2002.

FRESTON, Paul. Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política. Viçosa: Ultimato, 2006.

ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. *REVISTA DEBATES DO NER*, Porto Alegre, ano 2, n. 3, 2001.

STEIL, Carlos Alberto. Eleições, voto e instituição religiosa. *REVISTA DEBATES DO NER*, Porto Alegre, ano 2, n. 3, setembro de 2001.